

IRMÃOS DE COR E DE FÉ: A HERANÇA AFRICANA RECONSTRUÍDA ATRAVÉS DO *PARENTESCO RITUAL* DA IRMANDADE DO ROSÁRIO EM VILLA RICA

Maria Luiza Iginio Evaristo

INTRODUÇÃO

Colônia de Portugal desde 1500, o Brasil recebe um grande número de negros oriundos da África para serem utilizados como mão de obra escrava em sua economia baseada na monocultura. A profusão de negros intensifica-se a partir de 1550, com o início do cultivo da cana-de-açúcar. A diáspora fez com que estes africanos – arrancados de sua terra natal, de seus costumes e de suas crenças, completamente desprovidos de meios para reverter essa situação, assim como seus descendentes – se rearranjassem, encontrando novas formas de tecer redes que os inseririam dentro de um cosmos familiar, social e religioso.

A separação de famílias consanguíneas criou um novo tipo de relacionamento, o chamado *parentesco-nação*¹, onde pertencer a um mesmo grupo étnico substituíu o parentesco de que haviam sido privados. As relações entre membros de etnias distintas, muitas vezes rivais na África, no contexto da escravidão, sofreram igualmente alterações, porquanto tiveram que aprender a conviver mutuamente mesclando conhecimentos e tradições. As soluções encontradas por estes grupos foram variadas, conforme a região da colônia, mais tarde do império, onde se estabeleceram, contudo é inegável o grande destaque que as Irmandades Leigas Religiosas tiveram nesta empreitada, num jogo de poder que se estabeleceu entre dominador e dominado.

O papel das Irmandades Religiosas no mundo católico era o de propagação da vida espiritual, dessa maneira, o estudo da religião, na América portuguesa, se torna relevante ao interpretá-la como uma *estrutura orgânica e extremamente dinâmica*, cuja atividade se fazia presente na assistência social que proporcionava segurança apropriada à sociedade. No Brasil foram inúmeras as Irmandades que se reuniram em torno de um(a) santo(a) de devoção e, entre os negros, os oragos que mais se destacaram foram Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito e São Elesbão. O foco desta investigação é a Irmandade do Rosário, pois, nomeadamente nela se agrupavam negros de etnias distintas, cujo convívio levou à reorganização cultural das várias tradições, no intuito de criar um

entendimento que propiciasse a comunicação entre seus membros e a consequente resignificação de elementos culturais específicos perdidos após a desagregação promovida pelo tráfico e pelas dificuldades inculcadas pela vida no cativo.

Embora o catolicismo tenha mantido seus dogmas a influência religiosa negra demonstra seu poder através dessas Irmandades por meio de suas festas, com destaque para o congado, inaugurando uma perspectiva cultural distinta que se perpetua nos dias atuais. Dessa maneira, o impacto da dura vida no cativo pode ser apreendido pela intensidade com que os escravos construía relações fictícias ou simbólicas de parentesco, em que essa carência teria sido propícia à penetração das Irmandades, cuja atuação era uma alternativa de *parentesco ritual* que fornecia aos membros mais que um espaço de comunhão e identidade, uma vez que estavam prontas a ajudar nos momentos de necessidade, na conquista da alforria, protestando contra abusos senhoriais e oferecendo dignos rituais fúnebres.

A DIÁSPORA: MORRER EM VIDA, NASCER NA MORTE

A cidade de Ceuta foi tomada pelos portugueses no ano de 1415 dando início à penetração europeia no continente africano. Já em 1441 são levados forçosamente para Lisboa os primeiros escravos, destarte, este evento inaugura o tráfico de negros para o cativo que se estenderá até a época moderna. Entre os anos de 1450 e 1500, Portugal exportava de setecentos a novecentos escravos por ano. Detentora do monopólio deste comércio, cujo produto era o africano, a Coroa Portuguesa tem na Igreja uma forte aliada (Ogot, 2010). Os papas Nicolau V e Calisto III expediram bulas que serviram para justificar o aumento de escravos, uma vez que a expansão portuguesa sobre a África foi considerada uma cruzada de cristianização daquele continente, pois segundo os documentos era desejo dos próprios autóctones pagãos serem escravizados por cristãos baseados no mito bíblico de Ham, um dos filhos de Noé, cujos descendentes eram amaldiçoados e destinados à escravidão (Ogot, 2010).

De acordo com Hernandes (2010), os vários discursos sobre a diáspora a revelam como o conjunto de deslocamentos populacionais ocorridos entre os séculos XV e XIX, de muitos milhões de africanos de diferentes lugares e povos das diversas regiões da África vendidos como escravos para as Américas, onde tiveram que redefinir suas culturas e identidades, inventando, desta forma, novos mundos. Conforme complementa Silva (1996),

Mais umas poucas dezenas de anos e os primeiros escravos vindos diretamente da África baixariam dos conveses às praias brasileiras, trazendo não só os corpos machucados com que contribuíram para formar o nosso povo e para ocupar a metade de um continente, mas também, na ilusória nudez de sua humilhante miséria, as formas de ser, pensar e fazer com que cimentaram os alicerces daquilo em que nos vamos tornando ao longo do tempo e nos singulariza no mundo. (Silva, 1996, p. 8).

De acordo com Heywood (2008), no período em que o tráfico de escravos era legal, o Brasil importou da África Ocidental, e de parte da Central, cerca de 3,5 e 3,6 milhões de escravos, desse total cerca da metade foi levada para a região sudeste do país. Para a autora, a importância demográfica dos escravos africanos e seus descendentes das regiões do Congo-Angola no Brasil equivalem ao predomínio nas práticas sociais, religiosas e culturais emergentes dentre as populações africanas em determinadas partes da colônia. Até os anos de 1820, o domínio das Irmandades de negros e mulatos cabia aos africanos livres ou escravos vindos da África Central e seus descendentes. Elas constituíam a única instituição leiga que se destinava a cuidar deste grupo.

As consequências advindas do tráfico de negros são incomensuráveis, pois o mercado escravo desarticulou muitas sociedades africanas, uma vez que disseminou pelo continente insegurança e medo ao corromper tradições, princípios e desarticulando linhagens e famílias (Silva, 1996).

O NOVO MUNDO E A ATUAÇÃO DAS IRMANDADES

Uma vez desembarcados no Brasil, após o trânsito marítimo, os africanos passaram a ter uma vida ainda mais difícil, já que longe de sua terra natal, de seus costumes e de suas tradições, sofriam com a separação de seus familiares dos quais, parte permaneceu na África, parte morreu durante a travessia, os parentes que sobreviviam chegando à nova terra eram vendidos separados. Atuando desta forma, os senhores e o próprio sistema escravocrata acreditavam dismantelar a força e o poder que, juntos, esses negros poderiam vir a ter. Da mesma maneira, foram estimuladas as rivalidades já existentes antes da diáspora. Nesse cenário de desolação, solidão e sofrimento as Irmandades encontraram campo fértil para seu florescimento.

Estas Irmandades religiosas, cuja providência ficava a cargo dos leigos, desempenharam importante papel na vida de seus associados, seja para inseri-los em um grupo, seja para protegê-los em todos os momentos de suas vidas. A par disso, sempre

estiveram presentes na vida de seus irmãos na saúde e na doença, na alegria e na tristeza e principalmente no momento derradeiro, a morte. Via de regra, cada Irmandade agrupava um tipo específico de fieis. As Irmandades das Almas, Ordens Terceiras, do Santíssimo e a de São Francisco eram destinadas aos brancos. As de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia (ou Ifigênia), São Benedito e São Elesbão agrupavam os negros, enquanto os pardos eram abrigados pela Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (Dias, 2000).

Conforme verificado em Borges (2005), na região aurífera de Minas Gerais as Irmandades do Rosário foram as mais numerosas, pois nelas se estabeleciam, entre os vários grupos constituidores da formação social, ricos laços de convivência. Deve-se destacar que, nesta Irmandade, além dos escravos nascidos na colônia, faziam parte de seu quadro, negros oriundos de diversas partes da África. Situação diversa da encontrada em outras Irmandades negras, inclusive do Rosário, em outras regiões, onde somente mais tarde passou-se a realizar tais uniões como bem se observa no relato de Reis,

As irmandades de africanos se subdividiam de acordo com as etnias de origem, havendo, por exemplo, as de angolanos, jejes e nagôs. Imaginadas como veículo de acomodação e domesticação do espírito africano, elas na verdade funcionaram como meios de afirmação cultural. Do ponto de vista das classes dirigentes, isso foi interessante no sentido de manter as rivalidades étnicas entre os negros, prevenindo alianças perigosas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos negros, impediu-lhes a uniformização ideológica, que poderia levar a um controle social mais rígido. Com o passar do tempo as irmandades serviriam até como espaço de alianças interétnicas, ou pelo menos como canal de “administração” das diferenças étnicas na comunidade negra. (Reis, 1991, p. 55).

O que para a sociedade envolvente era benéfico, para os negros representava um obstáculo a mais na formação de um pensamento homogêneo atravancando sua caminhada em direção a um horizonte de melhores condições. A vida no cativo prejudicava substancialmente a união matrimonial entre os escravos, além disso, limitava as regras de atribuição de paternidade restringindo física e socialmente sua reprodução. O número de homens escravizados é significativamente superior ao de mulheres, perpetuando a dificuldade de acesso tanto à esposa quanto à paternidade (Gutiérrez, 2004).

Destarte, a formação de famílias escravas incompletas ou ilegítimas foi observada em grande número no século XIX, da mesma forma que o celibato. Cerca de um quarto da população cativa masculina e um quinto da feminina eram casados ou viúvos. E nas grandes propriedades rurais nota-se que os senhores eram mais complacentes com os

casamentos, o que permitiu uma reprodução natural maior do que a realizada através da compra, embora houvesse uma maior quantidade de cativos homens o número de mulheres que contraía matrimônio era mais elevado (Gutiérrez, 2004).

Vale ressaltar que a união entre escravos, em muitos casos, eram incompatíveis com os interesses senhoriais, uma vez que a formação de famílias entre os cativos dificultava ou impossibilitava a venda destes separadamente, conforme estabelecidos nos preceitos religiosos do catolicismo. Segundo Gutiérrez (2004), o desequilíbrio demográfico dificultava ainda mais a união entre cativos oriundos da África em relação aos nascidos na colônia antes de 1850.

Os senhores, donos de grandes propriedades, principalmente na zona rural, tinham menos objeção à realização de matrimônios entre seus cativos e, em alguns casos, até incentivavam a união entre eles quando havia a intenção de manutenção das propriedades por seus herdeiros. Ao mesmo tempo, os senhores evitavam o acirramento de revoltas entre os cativos que, com o casamento e a procriação, criavam fortes laços com a terra e se tornavam menos propensos às fugas (Gutiérrez, 2004).

Ao tratar dos negros escravos na Bahia, Reis (1996, p. 55) fala de uma resemantização da palavra parente, que poder ser aplicada em Minas no período retratado. Segundo o autor, os nascidos na África, sejam escravos ou libertos, tinham grande dificuldade em constituírem famílias, assim sendo, ampliavam o sentido de parente para os que conjugavam da mesma etnia, surgindo, desta forma, o conceito de *parente-nação*. O impacto da dura vida no cativeiro pode ser apreendido pela intensidade com que os escravos construíam relações fictícias ou simbólicas de parentesco, em que a carência teria sido propícia à penetração das Irmandades, cuja atuação era uma alternativa de *parentesco ritual* que fornecia aos membros mais que um espaço de comunhão e identidade, uma vez que estavam prontas a ajudar nos momentos de necessidade, na conquista da alforria, protestando contra abusos senhoriais e oferecendo dignos rituais fúnebres.

Conforme Slenes (1999), o contingente escravo na colônia embora se apresentasse de forma não homogênea possuía matriz linguística e cultural comum, herança da África Central, principalmente de povos cuja língua falante era o banto. O culto aos espíritos da natureza e aos ancestrais são exemplos relevantes da união existente entre esses grupos no quais suas linhagens nasceram de ancestrais comuns. Desta forma, os escravos buscavam reconstruir o modelo familiar em que a raiz encontrava-se num parentesco e numa posição genealógica e, não mais, presa a um local específico. A par disso, as relações surgidas

desta união exigiam um rearranjo cultural das distintas tradições, a fim de obter um modo comum de entendimento que viabilizasse a comunicação entre seus membros, cujos efeitos não eram restritos a estas organizações leigas,

[...] mas, também, no nível do cotidiano, nas ruas, nas casas e no trabalho, ocorrendo um processo de apropriação e negociação dos elementos de tradições distintas, não só entre os membros dos diversos grupos provenientes da África, mas, também, da Europa e os que, na América, interagiam com os novos grupos no processo de conquista. (Borges, 2005, p. 22).

Nesse sentido, as Irmandades religiosas desempenharam papel fundamental na tentativa de sua inclusão, pois através de uma linguagem religiosa desenvolveram uma intensa relação social e um importante papel na formação de uma consciência negra e, ainda que dividido, esse proto-abolicionismo se expandiu pelo Brasil com o fim do período colonial. Sua atuação como instrumento de resistência é inegável (Reis, 1996), nas reuniões reservadas tratavam de assuntos proibidos pelos brancos, principalmente no que tange às suas reivindicações pela igualdade e justiça, traçando planos pela luta em busca da conquista da liberdade. Segundo Borges (2005),

Os confrades da Irmandade do Rosário, utilizando a matriz da cultura dominante, organizaram-se e consagraram a sociabilidade por via de suas festas e reconstruíram novas representações como suportes simbólicos de qualquer grupo social e, sem o saber, criaram novos ideais capazes de justificar e dar sentido às suas existências. (Borges, 2005, p. 140).

Os negros se adaptaram, criaram micro-estruturas de poder, conceberam estratégias de alianças, estabeleceram regras de sociabilidade, abriram canais de negociação e ativaram formas de resistência (Reis; Silva, 1989).

Conforme Gutiérrez (2004), a reconstrução, pelos cativos, dos laços de parentesco, pode ter novo significado que se realizava através dos ritos católicos como o batismo e o casamento. A penetração no mundo do catolicismo se fez ainda mais importante quando da necessidade da intervenção perante aos senhores para que escravos pudessem manter vida matrimonial normal, e a permanência de seus filhos juntos de si. Como já mencionado acima, a manutenção dessas relações pelos cativos era contrária aos interesses econômicos dos proprietários de escravos.

A presença de brancos nas Confrarias negras era uma prática comum em todo o Brasil, porquanto os brancos procuraram participar das Irmandades de cor como estratégia de controle, não obstante muitos talvez também o tenham feito por sincera devoção ou, mais concretamente, para salvar a alma. Os negros os aceitaram por várias razões: para cuidar dos livros, por não terem instrução para escrever e contar, para receberem doações generosas, vez que não tinham como sustentar sozinhos a Irmandade, ou ainda por imposição pura e simples dos senhores e da Metrópole.

As Irmandades em Minas se destacavam, uma vez que era através destas que se manifestava o papel religioso da população, já que suas cerimônias e cultos representavam as atividades prediletas dos fieis. As festas, que ocorriam em grande número no decorrer do ano, eram a forma que a população encontrava para se relacionar. É importante destacar o quanto era importante para os irmãos a ajuda que as Irmandades lhes davam oferecendo seguridade social por meio de vários benefícios, tais como, auxiliando-os quando envelheciam ou adoeciam, no sepultamento e nas missas pós desencarne, pois os custos eram exorbitantes para os pobres (Dias, 2000). Lembremos o quanto o momento derradeiro era importante para a população desse período, independente se eram africanos, portugueses ou brasileiros.

De acordo com o documento das Representações dos Vigários das Igrejas Coladas de Minas Gerais, as associações dos negros em Irmandades atizou o desejo de manifestação do cativo, antes passivo e reconhecedor do seu papel subalterno, no entanto,

[...] depois que se estabeleceram as ditas Irmandades animaram-se do espírito de intriga, revestiram-se de arrogância, e mudaram a humildade e abatimento que lhes é próprio em soberba e desaforo.

Insultam os Brancos, desprezam os Párcos; arrogam-se isenções e privilégios, tem da sua parte as justiças, porque todos os escrivães e oficiais das Auditorias são senhores de uns e apaniguados de outros...

As Irmandades dos pretos e pardos são as mais arrogantes, soberbas e escomedidas, já porque muitos dos pardos são abundantes e dotados de préstimos com que adquirem a benevolência e proteção de pessoas poderosas, já porque muitos dos pretos tem a proteção e assistência de seus senhores que fazem timbre e ponto de honra de sustentar e defender as pretensões das irmandades em que os seus escravos são irmãos, de sorte que estes indivíduos destituídos por sua condição de figurarem ou terem autoridade alguma, se consideram em uma grande figura quando se alinham... (Representação dos vigários das Igrejas Coladas de Minas Gerais. AHU. 05/03/1794).

Questões relativas à identidade e à diversidade étnicas, e às alianças interétnicas, foram constantes na vida dos negros, assim como enfrentamentos e negociações com os brancos. Se o catolicismo possui uma maneira particular de relacionar os devotos com os santos, nas religiões africanas isso se torna um comportamento precípua, cuja legitimação se faz pela experiência direta e livre. Quando se analisa a família escrava nas Américas o ponto mais enfatizado é o da ruptura familiar imposta pelo tráfico negreiro quebrando linhagens que não poderiam mais ser reconstituídas, assim como o culto praticado por cada uma dessas linhagens na África (Gutiérrez, 2004). Para Garcia (2007), o indivíduo não nasce com uma identidade e, conforme seu sentido antropológico, pode apresentar duas situações:

- ✓ A igualdade, embora não possa ser comprovada efetivamente, representa os traços de união de um grupo. Tal recurso é essencial para o sistema de representações um grupo social;
- ✓ O sentido de diferença que evocado constitui um processo de redução interna das diferenças ao mesmo tempo que reafirma os laços culturais que une o grupo.

Desta forma, percebe-se que a identidade pode ser transitória e foi essa mobilidade que possibilitou aos africanos se reorganizarem. A partir da construção de uma nova identidade apoiada na convivência fraterna, os negros rearticularam suas vidas no cativeiro através de uma relação favorecida pelo sentimento de grupo.

Nas páginas anteriores foi citado como a atuação das Irmandades, com destaque para a Irmandade do Rosário, foi importante na formação de laços de (con)vivência pelos negros, principalmente entre os cativos. Entretanto, essa associação representava apenas uma das formas de luta deste grupo na tentativa de amenizar seu sofrimento ou de seus descendentes, assim como a tentativa de dissolução do poder religioso-político-econômico. Outra ação muito eficiente nesta batalha foi o apadrinhamento, no qual segundo Gutiérrez (2004), sempre se escolhia alguém que não pertencesse ao mesmo plantel e, preferencialmente, livre para o batismo de seus filhos, pois estes protetores atuavam como intermediários entre escravos e senhores.

No entanto, numa sociedade como o Brasil escravagista, as relações são muito complexas, exercidas por um paternalismo monárquico herdado de Portugal em que se destaca a autoridade do *pater* e a solidariedade entre parentes, onde segundo Gutiérrez (2004),

O paternalismo – neste caso – tem um caráter polivalente: é um fato político tanto quanto biológico. A reprodução biológica pode estar presente, ou não, mas o exercício do pátrio poder é um direito que o *pater* pode exercer sobre diversos atores que não são necessariamente seus filhos biológicos, o que inclui os estrangeiros. Uma das características estruturais deste sistema é a inserção nas redes de parentesco de pessoas que não estão ligadas por laços de consanguinidade. Essa ligação pode ser estruturalmente incompleta, tal é o caso dos escravos. Outra característica é a independência entre a idade biológica dos atores e sua idade "social", que define o acesso a determinados direitos, havendo independência entre a idade biológica, o percurso temporal, e a "maturidade social" (ou a sua carência) embora o discurso ative uma ordem natural para legitimar-se. O marco legal restringe o acesso aos direitos (principalmente políticos), qualificando explicitamente os "menores" como pessoas impedidas. Aquela menoridade pode não ser nunca ultrapassada e uma das suas condutas esperadas e sancionada pela lei é a da obediência passiva pelo dever filial à voz paterna de um homem que não necessariamente é o pai biológico. (Gutiérrez, 2004, p. 181).

A autora continua dizendo que o *pater* sempre subjugará o escravo mesmo sem possuir laços de parentescos biológicos ou consanguíneos, sendo em muitos casos, inclusive mais novo do que o cativo, mas, contudo, detentor de uma maturidade social (Gutiérrez, 2004).

O CULTO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

O caráter assistencial das Irmandades, assim como a reunião de seus membros para cultivar um orago comum, já foi mencionado acima, no entanto, neste subitem dar-se-á mais atenção ao culto específico de Nossa Senhora do Rosário, cujas associações surgiram na Europa no período da Idade Média para congregar voluntariamente homens que possuíam os mesmos interesses.

No século XIII já havia confrarias em Portugal, cujo objetivo era a ajuda mútua. A expansão marítima difundiu por quase todo o mundo o catolicismo, tal como sua forma organizacional. A implantação do aparato religioso na América portuguesa se deu de forma lenta por causa do sistema de padroado, o que levou as Irmandades a um papel de destaque ao exercer funções que cabiam à Igreja e ao Estado. Não somente a difusão da fé, mas a responsabilidade de zelar por atos litúrgicos e atender às necessidades espirituais dos fieis ficou a cargo das confrarias (Moraes, 2003).

De acordo com Moraes (2003), a construção de igrejas e sua manutenção e pagamento dos sacerdotes era atribuído ao leigo organizado em Irmandades, cuja associação permitia a ampliação dos laços de sociabilidade extrapolando o âmbito familiar.

Representantes da construção social do período, as Irmandades, através de seus Compromissos, designavam qual era o perfil do membro ideal, rico ou pobre, branco ou negro, cativo ou liberto. Conforme Borges (2005), são atribuídas à Ordem dos Dominicanos tanto a criação como a difusão da Irmandade do Rosário, cuja primeira confraria registrada sob esta devoção data de 1475, no convento desta Ordem na cidade de Colônia.

A Irmandade religiosa, alvo deste artigo, no próprio nome estabelece seu associado pretendido, ou seja, Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Villa Rica, atual cidade mineira de Ouro Preto, Minas Gerais. Sua particularidade é que, ao contrário de outras confrarias que realizavam o culto do Rosário, esta tinha em seu quadro de associados membros de diversas etnias. Sua criação teria se dado por um escravo africano cujo nome era Rei Ganga Zumba Galanga do Congo, mas que ficou conhecido como Chico-Rei. No livro *Boca de Chafariz*, Rui Mourão utilizando-se da metaficção historiográfica relata que,

Aprisionado e vendido como cativo, mais toda a tribo, um rei africano veio esbarrar em Vila Rica. Na demorada travessia do Atlântico, em meio a pestes e castigos muitos, assistira à morte de praticamente a família inteira, além de considerável parte dos súditos. Ao chegar, logo imaginou inventivo plano para reagrupar a sua gente e recuperar o antigo comando. Trabalhou com afinco, ajuntando os trocados que podia e que não podia; vencido o tempo do seu cálculo, alforriou o filho. Com a ajuda do filho, obteve para si completo o mesmo benefício. Em seguida, ambos continuaram ainda mais combinados para redimir um companheiro. Os três decidiram cuidar de um quarto. Essa corrente cresceu fortalecida e seu funcionamento ganhou tal velocidade que em pouco a tribo completa se tornou livre. E num gesto cada vez mais multiplicador, passou solidariamente a emancipar, fora, perdidos e buscados representantes da nação a que pertencia. Aferrado ao seu projeto, Chico Rei – esse o seu nome – com idêntico espírito de fraternidade entrou a explorar coletivamente a rica Mina da Encardideira, como, se aquilo fosse coisa sem dono, uma propriedade comum de todos. Para manter o seu povo unido pela fé, instituiu a soberania de Santa Efigênia como padroeira e iniciou movimento publicamente apregoado para a construção da Igreja do Rosário. (Mourão, 1992, p. 174).

Este mito fundador é um excelente exemplo de um rearranjo escravo na busca por melhores condições no cativeiro e sua superação, assim como a formação de um novo parentesco não baseado em laços consanguíneos, mas na pertença a um grupo. A solidariedade e altruísmo demonstrado por Chico-Rei permitiu que este também criasse condições para sobreviver em um ambiente hostil em que foi inserido forçosamente.

A presente Irmandade surge numa região em que, devido à produção aurífera, a Coroa portuguesa exercia um controle mais rígido, o que leva a um questionamento sobre a real autonomia das Irmandades e demais instituições na Villa Rica do período. De acordo com Borges (2005), cada confraria tinha suas especificidades, no entanto a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Villa Rica conseguiu importantes recursos para uma associação de escravos e libertos, propiciando que esta conseguisse construir sua própria igreja. As Irmandades que não tinham recursos para construir seus templos alocavam-se em altares laterais de igrejas de outras Irmandades, mediante pagamentos e a uma certa submissão.

A morte, como evento na vida do homem em que mais se temia estar desamparado ou sozinho, tinha destaque nos Compromissos das Irmandades e os membros que compunham sua Mesa diretora ocupavam lugares específicos no momento derradeiro, conforme sua ocupação, tal como se pode observar na descrição de Borges (2005),

Aos irmãos da Mesa conferiam-se alguns privilégios, consoante o cargo que desempenhassem. Reis e juízes, com maior número de sufrágios, desfrutavam do direito de ser enterrados na igreja junto ao altar. Em ordem decrescente, na hierarquia, vinham os cargos de tesoureiro e escrivão. O procurador e os irmãos da Mesa vinham logo abaixo em termos de importância, intermediando a Mesa e os demais irmãos. Esta regra, embora sendo comum, variava de acordo com o número de sufrágio dados aos irmãos da Mesa, ou seja, em função do poder econômico de cada um. Se a irmandade não fosse detentora de igreja própria, isto a incapacitava de conferir a reis e juizes o privilégio de serem sepultados próximo aos altares, prática, de resto, comum nas organizações fraternais. (Borges, 2005, p. 81).

Dentre os pontos importantes a serem destacados está o fato de que o cargo de juiz, posição administrativa de grande importância, deveria ser ocupado terminantemente por negros. Em contrapartida, o cargo de tesoureiro deveria ser ocupado por branco, pois a justificativa do período era o fato da maioria dos negros serem analfabetos (Borges, 2005). Para falar dos dois cargos mais importantes da Irmandade do Rosário de Villa Rica, o rei e a rainha, recorre-se novamente à obra de Mourão (1992), em que se pode observar não somente o porquê destas duas funções, mas também a origem de uma manifestação cultural e religiosa que extrapolou a barreira do tempo e ainda hoje é vivenciada em diversas partes em que se pratica o culto a Nossa Senhora do Rosário.

A essa altura, a pequena monarquia transplantada estava reconstituída. Chico era o rei, sempre solerte; uma segunda mulher que o acompanhava, a rainha; o filho, o príncipe; a nora, a princesa. A cada 6 de janeiro, os membros formados em grupo, vestido com roupas próprias da sua realeza, seguiam para a missa em meio ao séquito dos súditos que, também no esbanjar dos trajes típicos da sua terra, dançavam e cantavam ao som de instrumentos tribais, em homenagem à santa da devoção. O cortejo, que depois se demasiava percorrendo as várias ruas, se tornaria festividade para sempre de Senhora do Rosário: a congada. Não se importando nem um pouco de estar ou não ameaçando a ordem estabelecida, Chico Rei havia criado um governo dentro do outro. (Mourão, 1992, p. 175).

No entanto, essa nova realeza, que a cada seis de janeiro (data em que segundo o calendário católico se comemora o Dia de Reis) tomava as ruas numa grande festa, não era bem vista pelas autoridades locais que inúmeras vezes pediram providências à Coroa Portuguesa. A eleição de reis e rainhas era anual e eles desempenhavam papel chave dentro da organização fraternal. Entre suas funções estava o controle da tesouraria, das festas, das missas e também dos funerais. Nas votações em que havia empate o voto de minerva também lhes pertencia.

A Irmandade, segundo Borges (2005), constitui um espaço de constante conflito, no entanto, esse *locus* de tensão proporciona um aprendizado das diferenças e de respeito ao outro. Questões relativas à identidade e à diversidade étnicas e a alianças interétnicas foram constantes na vida dos negros, como o foram os enfrentamentos e as negociações com os brancos. As celebrações, divisões, alianças e conflitos de ruas, quando vistos pelo ângulo do que acontecia dentro das Irmandades, sugerem a existência de um conjunto de estratégias sociais que circulavam através do mundo negro no tempo da escravidão. Estudos recentes sobre a escravidão mostram que a maioria dos escravos viveu a maior parte do tempo numa zona de indefinição, um espaço de negociação, entre o controle e a liberdade. Além da barganha relacionada à vida material e ao trabalho, os escravos e senhores, negros, forros, livres e homens brancos, digladiavam-se para definir os limites da autonomia de organizações e expressões culturais negras (Reis; Silva, 1989).

As Irmandades propiciaram a construção ou a reformulação de identidades que funcionaram como um anteparo à desagregação de coletividades submetidas a imensas pressões. Mesmo que tenham sido seletivas nas alianças que promoveram, mostraram, em muitos casos, ser possível a convivência na diferença, sem prejuízo da capacidade de resistir. Seu limite maior, evidentemente, foi a própria escravidão que, entretanto, não foi aceita sem críticas.

Ao relatar a experiência de Chico-Rei foi demonstrado como surgiu a Irmandade do Rosário na Villa Rica, mas não ficou esclarecido o porquê da devoção dos negros pela santa branca e, para tal explicação, utilizar-se-á a descrição contida num Compromisso que não pertence à Irmandade estudada, mas que servirá para o objetivo pretendido.

[...] certa época, Nossa Senhora do Rosário apareceu sobre as águas do mar. Imediatamente, os Caboclos, já devotos da Santa Virgem através de catequese dos jesuítas, rezaram, cantaram, tocaram seus instrumentos, para que a Santa Virgem viesse até eles. Mas ela não veio. Em seguida, os Marujos, também devotos, foram até à praia, e empreenderam sua tentativa de trazer a Virgem do Rosário até eles. Após rezarem, dançarem, cantarem, tocarem seus instrumentos, não conseguiram trazê-la. Por último, vieram os Negros ou Catopês, até a praia, e após louvarem a Virgem do Rosário, ela veio até eles. Por isto é que se diz que a Virgem Nossa Senhora do Rosário é a protetora dos negros. Em razão disto, é que, todos os anos, antes da Procissão, e no curso dela os dançantes são obrigados a representar tal lenda. Assim, antes da Procissão, os Caboclos deverão entrar na Igreja do Rosário, tocando seus instrumentos, louvando a Virgem, e tentar tirá-la. Após, os Marujos, tentarão. Em seguida, os Catopês conseguirão tirá-la para a procissão.²

O mais interessante é que esse relato, conforme Borges (2005), é sempre socializado e atualizado pelos festeiros em diversos lugarejos onde há o culto a Nossa Senhora do Rosário. A festa a este orago é celebrada no Brasil a mais de 350 anos, e vários estudiosos trabalham com as noções complementares e opostas de sagrado e profano na análise da Festa do Rosário, contudo, para o devoto, essa dicotomia não existe, porquanto, farra e devoção, dentro e fora da igreja, são partes igualmente importantes do seu compromisso religioso, que ele cumpre com igual dedicação e, ao externar sua emoção, se sente renovado em sua fé, razão da festa.

CONCLUSÃO

Ao estudar a história do negro escravo no Brasil nota-se que não houve uma homogeneidade nesse grupo, pois são grandes suas diferenças étnicas, culturais e tradições. De posse dessa observação, os senhores de escravos e a sociedade envolvente como um todo misturavam ao máximo esses grupos para desarticulá-los e torná-los mais frágeis. Outro fator que criava atritos entre os escravos era o fato das origens africanas e brasileiras serem de difícil negociação, assim como ser negro ou pardo, escravo ou liberto. Contudo, os negros e seus descendentes foram encontrando maneiras de se estabelecerem neste ambiente hostil e onde estar sozinho poderia significar o seu total perecimento, mas onde

as relações grupais, com base em negociações, davam-lhes mais *poder* e, em alguns casos, mais autonomia.

É inegável que nesta luta por sobrevivência as Irmandades representaram muito mais que uma mera associação de interesses comuns, mas sobretudo, um espaço de relativa liberdade, de acolhimento e de real possibilidade de conseguir a tão sonhada alforria. Tão importante quanto o pertencimento a uma Irmandade foi a reconstrução do sentido do termo parente ao ampliar essa significação que possibilitou o resgate de valores culturais, principalmente para os escravos oriundos da África.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário, devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.
- DIAS, Beatriz. O bem morrer: religiosidade popular e organização social. In: DIAS, beatriz; PEREIRA, Mabel. (Org). Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- GARCIA, Renísia Cristina. Identidade Fragmentada. Um estudo sobre a história do negro na educação Brasileira 1993-2005. Brasília: UNEP, 2007.
- GUTIÉRREZ, Liliana Beatriz Jara. Escravidão e religião afro-brasileiras. Tese (Doutorado Antropologia Social) UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- HERNANDES, Leila Leite. História da África no Brasil. Revista Cerrados, v. 19, n. 30. UNB – (Universidade de Brasília), 2010. Disponível em: www.revistacerrados.com.br/index.php/revistacerrados/article/view/183. Acesso em: 05/11/2010.
- HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAES, Juliana de Mello. As associações leigas no setecentos: solidariedade e mobilidade social. Anais da V Jornada setecentista. Curitiba, 2003. Disponível em: www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-associa%C3%A7%C3%B5es-leigas-no-Setecentos-solidariedades-e-mobilidade-social-Juliana-de-Mello-Moraes.pdf. Acesso em: 13/12/2011.
- LOURÃO, Rui. Boca de chafariz. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
- OGOT, Allan Bethwell (Ed). História Geral da África V, África do século XVI ao XVIII. UNESCO; Ministério da Educação do Brasil; Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- REIS, João José. A morte é uma festa, Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____; SILVA, Eduardo. Negociação e conflitos. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança. Nova Fronteira, 1996.
- SLENES, Robert. Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

Notas:

¹ Como especificou Reis(1991) ao retratar o caso baiano, mas o qual creio que deve ser aplicado em todo território no período retratado.

² “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Freguesia da Conceição da Vila do Príncipe do Serro do Freio no ano de 1728”. Publicado no Minas Gerais, órgão oficial do Estado, edição nº 23 de 27 de abril de 1979. Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do Serro, livro 4-A, nº 24, fl. 27.